

Agricultura familiar: perspectivas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável

Family agriculture: perspectives and challenges for sustainable rural development

Luís Felipe Perdigão Castro¹

Resumo

O presente artigo debate sobre os fatores de caráter social e cultural altamente específicos dos agricultores familiares e suas divergências ante a lógica de modernização conservadora, preconizada pela Revolução Verde. O objetivo é discutir as formas de agir e viver dessa categoria social, na perspectiva de valores subjacentes a um desenvolvimento agrícola que ultrapasse o binômio capital-terra.

Palavras-chave: agricultura familiar – progresso – modernização – valores.

Abstract

This article discusses about the highly specific social and cultural character factors of family farmers and their differences to the conservative modernization logic, promoted by the Green Revolution. The aim is to discuss the ways of acting and living this social category, in view of underlying values to an agricultural development that goes beyond the capital-earth binomial.

Keywords: brazilian Family farmer – progress – modernization – values.

Introdução

Idéias como “progresso” e “modernização da agricultura” representam importantes significações nas estratégias de desenvolvimento adotadas por Estados e Sociedade. Mais especificamente, representam também a inserção da ideia de progresso como planejamento do presente e do futuro, através da segurança alimentar, do comércio de produtos agrícolas e do acesso à terra.

Após a primeira Revolução Industrial, a mudança pelo progresso permeou a concepção de futuro. De forma especial, a partir do século XIX, a perspectiva de futuro partiu da premissa de uma base técnica em mutação evolutiva. E, no século XX, a perspectiva de futuro abrangeu a ideia de “expectativa” (para melhor ou para pior) dos avanços da ciência e da tecnologia (MARINHO, 1995).

¹ Doutorando em Ciências Sociais, pelo Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC/UnB), da Universidade de Brasília (UnB).

Nessa trajetória, a noção de desenvolvimento rural sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 1997, p. 41). Assim, a “modernização da agricultura” é, reflexivamente, produto da organização dos recursos agrícolas, do cálculo de racionalidade e planejamento econômico, mas, sobretudo, decorrência de elementos históricos altamente específicos, determinantes da construção social do uso e da apropriação de recursos privados e públicos. No caso do Brasil, essa trajetória é marcada pelo período pós-1965, em que os anseios de “modernização da agricultura” foram profundamente vinculados à ideia de progresso. A implantação da Revolução Verde, através de um amplo programa de crédito e outros incentivos governamentais, consolidou a concepção de progresso no campo como produção baseada na combinação intensiva de tecnologia, capitais e informações. Nesse contexto, a agricultura familiar foi associada à ideia de atraso, de passado e, mesmo, de pobreza (CASTRO, 2015, p.92).

No entanto, as reflexões sobre a trajetória da modernização agrícola e seus impactos sobre a agricultura familiar possuem importância não apenas por se referirem à “segurança alimentar”², mas a novas formas de se propor o desenvolvimento, na medida em que “essa categoria social evidencia formas de viver e agir peculiares. A agricultura familiar acessa e difunde formas de saber, de organização do trabalho, de cultivo de sementes e de tecnologias não ligadas aos modelos homogeneizadores de produção” (CASTRO, 2015, p. 94; SAUER, 2003; 2008).

Assim, o presente artigo apresenta um breve panorama sobre a modernização da agricultura brasileira (tópico 1). Em seguida, analisa-se a ideia de modernização no contexto da agricultura familiar, enfatizando as rupturas e continuidades que configuram esse processo como conquista de direitos, terras e identidade social (tópico 2). Por fim, no tópico 3, debate-se de que forma os valores inseridos na agricultura familiar possibilitam

²Os agricultores familiares produzem cerca de 70% dos alimentos que são consumidos no planeta. No Brasil, esse segmento produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 60% do leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Toda essa capacidade produtiva ocorre em meio a uma realidade social em que os agricultores possuem pouca ou nenhuma terra (IBGE, 2007; SAUER e CASTRO, 2012, p.09).

um desenvolvimento social e econômico “divergente, ou pelo menos diferente, da proposta da Revolução Verde” (CASTRO, 2015). O objetivo é investigar, sob perspectiva histórico-econômica e através de pesquisa bibliográfica, como se manifesta o papel da agricultura familiar para a mudança nas relações humanas, econômicas e sociais do campo e da sociedade.

1 a “modernização conservadora” no espaço agrário brasileiro

A concepção de desenvolvimento mercantilista do Estado Moderno Português – cuja lógica básica foi promover o exclusivo comercial para garantir o equilíbrio da balança comercial lusa e a acumulação bulionista – iniciou o ciclo de aproveitamento econômico das terras brasileiras, que ao longo de séculos, mantém-se dentro de pactos de poder político e social, nos quais “a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido”. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Em tal cenário, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY, 1995; CASTRO, 2015).

Partindo de tais precursores históricos, sem ignorar as peculiaridades de cada período, mas lançando um olhar panorâmico sobre o trajeto da institucionalidade estatal, o processo de “consolidação da tradição autoritária do Estado brasileiro” constituiu uma “barreira à construção da ação coletiva” na luta por direitos, inclusive o de acesso à terra. Em épocas mais recentes, ao findar da Ditadura Militar (anos 80 do século XX), a implementação desses direitos, conquistados por ocasião da Constituição de 1988, foi dificultada no início do período neoliberal em toda a América Latina, nos anos 1990 (BALESTRO, MARINHO E WALTER, 2011).

A partir dessa trajetória histórica e econômica, um novo padrão agrícola se consolidou após os anos 1960/1970, sob as seguintes linhas: a) integração vertical da economia, b) aumento da produtividade, c) aproximação da lógica agrícola de produção do padrão de acumulação industrial, d) reorientação das políticas públicas agrícolas para o eixo de desenvolvimento dos complexos agroindustriais e, e) reforço da presença do

Estado, como agente modernizador do campo. Em síntese, do período colonial à república contemporânea, o quadro de especificidades no campo brasileiro pode ser caracterizado pela incorporação de novas terras somada à concentração fundiária. Em termos numéricos, o índice de Gini em 1992 que era de 0,826 apresentou decréscimo de apenas 0,010 para o ano de 2003 (GIRARDI, 2008), mostrando a persistência e atualidade do caráter excludente do modelo brasileiro.

Esse modelo é fruto do desenvolvimento pensado a partir do atrelamento da estrutura econômica à organização político-social, em condições originalmente mercantil-coloniais³ que se reatualizam e se mesclam a novos elementos. Na reinvenção do velho, o uso da terra e seus recursos sob uma lógica fortemente capitalista (guardadas as devidas diferenças de tempo e espaço históricos) trazem consigo a essência do modelo mercantil-colonial que, de forma excludente e concentradora, está focada nas “regras de como e o que produzir para exportar” (GIRARDI, 2008, p.75), compondo “o conjunto de questões estruturais que barram outro modelo de desenvolvimento para o país” (GIRARDI, 2008, p.74).

Exemplo dessa reatualização é a Revolução Verde⁴, como projeto imposto ao conjunto da sociedade, sob o argumento de que seria a portadora do progresso para todos, subordinando a agricultura à indústria, pelo complexo agroindustrial. Sob a égide da Revolução Verde, a agricultura brasileira deveria cumprir algumas funções para o projeto de desenvolvimento industrial, tais como liberar mão-de-obra, fornecer alimentos e matérias-primas para aumento da oferta e diminuição dos preços na indústria, transferir

³ A inserção do território brasileiro no mercantilismo português ocorreu através do modelo de *plantation*, a partir do qual o povoamento do Nordeste foi a primeira experiência efetiva de colonização. A combinação de mão-de-obra escrava, primeiramente indígena e depois africana, aplicada ao cultivo monocultor da cana-de-açúcar, constituiu o primeiro ciclo econômico do Brasil-colônia e a origem de uma estrutura agrária socialmente excludente, predatória de recursos naturais e concentradora do acesso à terra (WANDERLEY, 1995; GIRARDI, 2008).

⁴ A partir de meados da década de 1960, vários países latino-americanos engajaram-se na chamada “Revolução Verde”, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a idéia que passou a ser conhecida com frequência como aquela do “pacote tecnológico”. Os objetivos então estabelecidos eram condizentes com o cenário mundial da época: crise no mercado de grãos alimentícios, aumento do crescimento demográfico e a previsão, a curto prazo, de uma “catástrofe alimentar” que poderia originar convulsões em certas regiões do mundo. Alguns resultados foram obtidos, mesmo que em determinados cultivos/ atividades não tenham sido tão significativos (ALMEIDA, 1997, p. 44).

capital e gerar divisas, aumentar o incremento tecnológico e a produtividade com apoio do arcabouço institucional do crédito rural, pesquisa agrícola, preços mínimos e extensão rural (KAGEYAMA, 1990; BRESSER, 2009).

Esse modelo, porém, não se consolidou pacificamente no Brasil, mas em meio a lutas de resistência de diversas categorias sociais, a exemplo dos Agricultores Familiares. Esses agricultores lutam e resistem através de ocupações, mobilização e organização social em entidades e, principalmente, pela reprodução de suas formas de agir e viver no campo. A criação de assentamentos rurais e a própria recriação do campesinato são manifestações de luta por terra, como lugar de vida e dignidade (SAUER e CASTRO, 2012).

Tais especificidades nos mostram a existência de diferentes capacidades de resistência e adaptação de categorias sociais, frente às condições do campo brasileiro. As formas de resistência da Agricultura Familiar trazem consigo respostas à imposição de modelos de desenvolvimento baseados nos valores da Revolução Verde e, como formas de agir e viver, representam novas perspectivas de desenvolvimento para o rural e para o nacional (CASTRO, 2015).

Nesse contexto, como “resultado da capacidade de iniciativa, adaptação e resistência da própria população do campo” aos processos locais e mais gerais da sociedade (SAUER, 2009), os agricultores familiares foram reconhecidos e vêm se firmando como atores sociais responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos consumidos no Brasil (CASTRO, 2013). Embora não se possa falar em um projeto de desenvolvimento “exclusivo” da Agricultura Familiar, é possível identificar nas peculiaridades culturais do agricultor familiar, elementos implícitos à sua forma de agir e viver, que apontam para formas sustentáveis de desenvolvimento social e econômico, tanto no rural, quanto no nacional (CASTRO, 2015).

Trata-se de um processo histórico reflexivo, pois a “agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais” (WANDERLEY, 1996, p. 2). A compreensão dessa dimensão de desenvolvimento diferenciado exige, contudo, que se avalie o ambiente institucional em que essa categoria se insere e a forma com que seu sistema de valores se relaciona com ele.

2 Agricultura familiar: desenvolvimento entre rupturas e continuidades

A agricultura familiar se insere em um processo histórico que não é homogêneo, nem linear. As especificidades e complementaridades institucionais variam, como fatores capazes de gerar diferentes capacidades de adaptação e de planejamento. Ou seja, conforme a realidade de cada país, as vantagens institucionais comparativas promovem respostas diversas às demandas (HALL E SOSKICE, 2001). Assim, embora as transformações no meio rural, inclusive o brasileiro, sejam o efeito, no plano local, dos processos mais gerais, estes devem ser compreendidos em suas particularidades e contingências, construídas ao longo da história de uma sociedade (SAUER, 2009).

Dessa forma, a ideia de “modernização da agricultura”, como estratégia para o desenvolvimento, é fruto de uma construção política e social que sintetiza sujeitos políticos e expressa processos de luta por terra como lugar de direitos fundamentais.

A agricultura familiar sob a perspectiva de uma “categoria social diversa y heterogénea” se consolidou pelo “papel estratégico en el proceso de desarrollo social y económico de los países de la región”. Portanto, adquiriu “una centralidad política tanto para las organizaciones internacionales como para los movimientos sociales, los sindicatos y las cooperativas, al igual que para los partidos políticos y para los programas y las políticas públicos” (SCHNEIDER, 2014, p. 08). Como um “guarda-chuva conceitual”, o termo agricultura familiar abriga “grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização os tipos de mão-de-obra e de gestão”, os quais são essencialmente familiares. As unidades de produção familiar seriam “formas de conexão, de disjunção e de conjunção”, sistemas de “procedimentos e de estratégias e não uma estrutura dada, a qual aos indivíduos só cabe a própria modelação (NEVES, 1995, p. 34).

Essa diferença se torna evidente nas políticas de modernização que, a exemplo da Revolução Verde iniciada nos anos 1960/1970, não romperam com as antigas formas de exploração e suas raízes coloniais. Isto é, através da modernização conservadora, as “plantations” foram ampliadas com formas contemporâneas, que uniram os sistemas agropecuário com os sistemas industrial, mercantil, financeiro e tecnológico, formando o agronegócio (CLEMENTS E FERNANDES, 2013, p. 02).

Com estrutura múltipla e multifacetada, o capital nacional e internacional se uniram para ampliar as formas de inserção nos mercados locais, nacionais e global. Este processo de ocupação estrangeira pelas corporações transnacionais e de diferentes tipos de capital desempenhou papel central no processo de commoditização da agricultura. A soja e cana de açúcar tornaram-se as principais commodities no processo de modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola. Projetos de colonização liderados pelo Estado, como o Programa de cooperação brasileira e japonesa para o desenvolvimento agrícola do Cerrado - Prodecer – são exemplos de concentração de terras e promoção da expansão da propriedade da terra nas mãos de estrangeiros no Brasil (CLEMENTS E FERNANDES, 2013, p. 02).

Nos últimos anos, essa lógica se aplica à expansão da “fronteira agrícola”, incorporando glebas do “Mapito” e região Amazônica (HECHT, 2005). Entre outras consequências, há uma exacerbação das disputas territoriais ou "conflitos em relação aos modelos concorrentes de desenvolvimento e territórios" (FERNANDES *et al.*, 2012, p. 37).

Assim, a noção de agronegócio (como sinônimo de modernização e progresso da agricultura) não se refere apenas a um processo de crescimento econômico, mas à reprodução de uma lógica predatória e exploradora, capaz de causar significativa concentração de terras e riquezas. Essa concepção baseia-se em um pacto de poder político, que envolve o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público para a agricultura, as agroindústrias, o direito de propriedade e o Estado (DELGADO, 2013).

Como parte de uma agro-estratégia (ALMEIDA, 2011), o sistema se justifica por narrativas ligadas às necessidades de abastecimento alimentar, segurança alimentar e governança ambiental (BALETTI, 2014, p. 07). Essa “economia do agronegócio” (DELGADO, 2013) vai além de uma estratégia econômica pura, para “ideologicamente construir uma hegemonia a partir do topo, [que envolve] grandes propriedades, cadeias agroindustriais estreitamente ligadas ao setor externo e as burocracias do Estado”, permitindo “a acumulação de capital no âmbito destes setores” garantidos “por fundos públicos” (DELGADO, 2013, p. 62).

Por outro lado, essa lógica pressupõe a negação de direitos, tais como os direitos territoriais dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais, aumentando lutas por terra e território (SAUER, 2012).

Contudo, as disparidades vêm sendo questionadas e combatidas também pelos agricultores familiares, que se inserem em um “espaço institucional mais amplo de lutas” (CASTRO, 2013, p.11), isto é, em espaços, agendas e organizações, em que diversas categorias sociais convergem suas demandas por “libertação e emancipação”, o que inclui “reivindicações por saúde, educação, justiça e paz” (SAUER, 2003, p. 15).

Apesar dessa convergência, não se deve ignorar que há uma diversidade de segmentos que, internamente, compõem a agricultura familiar. Isso resulta não somente de sua imensa riqueza cultural, como também dos contextos mais diversos de dificuldades de acesso à terra, capital e informação que permeiam distintos países latino-americanos, inclusive o Brasil (FAO/BID, 2007).

Nesse sentido, na América Latina, há a agricultura familiar de subsistência (AFS), caracterizada por estar em condição de insegurança alimentar, escassez de terra, privação de crédito e ingressos insuficientes. Geralmente estão inseridos em ecossistemas frágeis de áreas tropicais ou de montanha, configurando a extrema pobreza rural. Há, ainda, a agricultura familiar de transição (AFT), que emprega técnicas para conservar recursos naturais e conta com maiores recursos agropecuários. Tem maior potencial produtivo e para vendas. Possui recursos para reprodução social da unidade familiar, mas está privada de gerar excedentes suficientes para desenvolver sua unidade produtiva, por contar com limitações significativas de crédito e acesso aos mercados. Por fim, há a agricultura familiar consolidada (AFC), que dispõe de um maior potencial de recursos agropecuários, capazes de gerar excedentes para a capitalização de sua vida produtiva. Está mais integrada ao setor comercial, às cadeias produtivas, insumos e recursos naturais, podendo superar a pobreza rural (FAO/BID, 2007).

Assim, se por um lado houve a polarização de projetos distintos na dinâmica sociopolítica do meio rural, houve também a diversificação da agricultura familiar, permitindo que no interior da categoria social se manifestassem tipologias de agricultores familiares.

No Brasil, Amílcar Baiardi (1999) estabeleceu cinco diferenciações internas (A, B, C, D, E), classificando os agricultores em diferentes tipos. Segundo esta classificação, o Tipo A é aquele agricultor tecnificado, com forte inserção mercantil (predominante na região de cerrado, geralmente ligado à produção de grãos). O Tipo B abarca os integrados

verticalmente em Complexos Agroindustriais – aves e suínos, por exemplo – mais recentemente em perímetros irrigados voltados à produção de frutas. No Tipo C encontra-se a agricultura familiar tipicamente colonial – presente no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais – em que há policultura combinando lavouras, pomares com a pecuária e a criação de pequenos animais. O Tipo D representa pessoas da agricultura familiar semimercantil – predominante no Nordeste e no Sudeste – e, por fim, o Tipo E de origem semelhante ao tipo D, porém caracterizado pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes.

Apesar dessas diferenciações internas, as tipologias se orientam pela gestão familiar da unidade produtiva, em meio à concentração e exclusão de recursos no meio rural. Nesse contexto, os agricultores familiares constroem narrativas, discursos e atuações, através de movimentos sociais, ocupações, assentamentos, organizações de setores, lutas por reforma agrária e outras manifestações que, em última análise, traduzem formas de resistência e reivindicação.

Além disso, a categoria social concretiza suas visões de mundo e de desenvolvimento rural sustentável, como alternativas à homogeneização da produção e do espaço. Exemplo disso são os projetos comunitários e de cooperação, que combinam atividades agrícolas e extrativas (atividades agroextrativistas), administrações populares de recursos naturais e vários outros usos econômicos e sociais. Essas experiências destacam uma relação com a terra, na qual as propriedades, posses e outras formas de acesso não se restringem a uma concepção econômica. Há uma infinidade de relações agrárias, parentescos, territórios, tradições e práticas culturais da categoria, que se manifestam como fatores de impacto e reinvenção dos recursos e dos espaços sociais.

3 Agricultura familiar: um “outro desenvolvimento” é possível?

Diferentemente das economias europeia e norte-americana, as quais, grosso modo, passaram de uma base camponesa para uma agricultura capitalista, o Brasil teve uma natureza distinta no processo de desenvolvimento agrário. Nesse sentido, a base da mão-de-obra empregada nas unidades agrícolas passou de escrava para assalariada, constituindo uma agricultura capitalista e determinada pelas oscilações do comércio exterior.

Ao mesmo tempo em que propiciou concentração de terras, crédito e tecnologia, esse ambiente institucional retroalimentou formas de resistência e luta, através do “esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (WANDERLEY, 1996, p.11). Existem condições de pressão social intensas, haja vista que no campo brasileiro, onde vivem apenas 18,8% da população, foi registrado um êxodo rural de 4,2 milhões de pessoas no período 1991-2000 e a extinção de 1,5 milhões de postos de trabalho no campo no período 1996-2006 (IBGE, 2006).

Essas tensões provocam resistências, na forma de luta pela terra, que se traduz tanto nos movimentos de ocupação para acesso ao recurso produtivo, como na forma de resistência cultural. A ideia de desenvolvimento da agricultura brasileira foi baseada num projeto de modernização econômica e tecnológica, através da capitalização do latifúndio com recursos públicos. Isso representou a sistemática exclusão do agricultor familiar do acesso à terra e seus recursos, não somente pela construção de pactos políticos excludentes, direcionados a capitalistas urbanos, oligarquias e setores patronais capitalizados. Tais categorias, além de historicamente empoderadas, possuem valorações adequadas à “aliança entre o capital e a terra”, ao passo que o agricultor familiar está culturalmente inserido numa outra lógica de aproveitamento do capital e da terra, no qual a renda e o lucro são elementos componentes e não norteadores de suas decisões (CASTRO, 2015).

Posto naquele ambiente institucional, o agricultor familiar avalia as condições de produção para além de instrumentais jurídicos ou econômicos, típicos da agricultura capitalista, incorporando “uma diversidade de situações específicas e particulares” (WANDERLEY, 1996, p.2).

É por essa especificidade que se manifesta o papel revolucionário da agricultura familiar para a mudança nas relações humanas, econômicas e sociais do campo e da sociedade. Isto é, sua forma de agir e vivenciar representa uma alternativa ao desenvolvimento baseado no binômio capital-terra, voltando-se para uma via revolucionária de desenvolvimento sustentável e instrumentalizado por uma “reforma agrária de feição especialmente modernizadora, não somente do ponto de vista econômico, mas como superação de relações de dominação” (SAUER, 2010).

Há, portanto, uma racionalidade intrínseca ao agricultor familiar, que ultrapassa o pacto capital-terra, criando novas visões sobre o que seja desenvolvimento econômico, social e político. A percepção das vantagens ou desvantagens do ambiente institucional estão submetidos a um arranjo de cosmovisões⁵ que se insere em uma unidade que, do ponto de vista operacional e cultural é, ao mesmo tempo, estrutura de produção, de consumo e de reprodução sociocultural. Ideias como progresso, desenvolvimento e modernização estão vinculadas à produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando para além da renda, do lucro ou da comercialização, a reprodução social das cosmovisões. Portanto, conforme Costabeber & Caporal (2003), está subjacente uma lógica de desenvolvimento diferente da lógica que impulsiona a agricultura capitalista.

A família, como proprietária dos meios de produção, trabalho na terra, valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família (TEDESCO, 2001) criam valorações de base cultural, acerca da relação de trabalho, do grupamento afetivo e da visão da terra como lar. Noutras palavras, todo processo de desenvolvimento do agricultor familiar se baseia na reflexão e no exercício de opções econômicas e políticas profundamente orientadas por fatores de caráter social e cultural altamente específicos.

A renda ou o lucro seriam aspectos componentes das decisões, mas não orientadores delas, conforme atestam inúmeros estudos de caso. A “integração ao mercado e a garantia do consumo” – fundamental para a constituição do “patrimônio sociocultural” da agricultura familiar – estão combinados em formas de saber específico, transmitido através das gerações sucessivas e que serve de base para o enfrentamento - vitorioso ou não - da precariedade e da instabilidade da estrutura rural. É este saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interna da família ou da prática do “princípio da alternatividade”, formulado por Garcia (1989).

Na prática tem-se, por exemplo, a distribuição de glebas no seio da família fora de uma lógica rígida de venda ou troca de lotes. À medida que ocorrem reconfigurações na organização social da família, caso das uniões matrimoniais, o núcleo familiar redistribui

⁵ Neste caso, é o modo pelo qual o agricultor familiar vê ou interpreta a realidade. A palavra alemã é *weltanschau-ung*, que significa um ‘mundo e uma visão da vida’, ou ‘um paradigma’. É a estrutura por meio da qual a pessoa entende os dados da vida. (Geisler, 2002).

recursos entre si, orientando-se por valores que partem da necessidade de produzir e sobreviver no mercado, mas centralmente orientados pela ligação afetiva com a terra, manifestos pela manutenção de vínculos comunitários e familiares na distribuição espacial das glebas, pela proximidade para a cooperação de esforços no trabalho, a convivência diária do núcleo, etc (WANDERLEY, 1996).

A “conservação e transmissão de um patrimônio sociocultural” constitui um “modelo original”, que exerce “um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar”. (LAMARCHE, 1993, p. 13). Da centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade, tanto quanto, definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição (CHAYANOV, 1974), como um elemento chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento.

Considerações

A noção de agronegócio (como sinônimo de modernização e progresso da agricultura) não se refere apenas a um processo de crescimento econômico, mas à reprodução de uma lógica predatória e exploradora, capaz de causar significativa concentração de terras e riquezas. Essa concepção baseia-se em um pacto de poder político, que envolve o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público para a agricultura, as agroindústrias, o direito de propriedade e o Estado (DELGADO, 2013).

Nesse contexto, para enfrentar o presente e preparar o futuro, donde se inserem os dilemas sobre a modernização e desenvolvimento agrícolas, o agricultor familiar recorre ao passado, que lhe permite construir um “saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos” (WANDERLEY, 1996, p.4), especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. Apesar dos processos de diferenciação interna (fruto da diversidade cultural dos segmentos sociais, como também da concentração e exclusão de terras e recursos no meio rural brasileiro), há uma cultura própria da agricultura familiar.

Esse traço cultural decorre de uma unidade que, do ponto de vista operacional e cultural é, ao mesmo tempo, estrutura de produção, de consumo e de reprodução sociocultural. Assim, ideias como progresso, desenvolvimento e modernização estão

vinculadas à produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando para além da renda, do lucro ou da comercialização, a reprodução social das cosmovisões.

Por fim, embora não haja um projeto de desenvolvimento exclusivo da agricultura familiar, as formas de agir e viver dessa categoria social apontam valores subjacentes a um desenvolvimento agrícola que ultrapassa o binômio capital-terra. Esses elementos se referem a uma tradição inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local e, a partir disso, uma estrutura produtiva associativa de família-produção-trabalho, com consequências fundamentais para a forma de agir econômica e socialmente.

Referências

ALMEIDA, A.W.B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S. e ALMEIDA, W. (orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília, Editora da UnB, 2011.

_____. A.W.B. Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. **Revista Proposta**, v. 29, n. 107/108, 2006.

_____. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável**. Educação Agrícola Superior, Brasília, v. 15, n. especial, p. 51-85, 1997.

BAIARDI, A. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: AGUIAR, D.R.D. e PINHO, J. B. (orgs.). **Anais Foz de Iguaçu do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, SOBER. 1999.

BALESTRO, M. V.; MARINHO, D.N.C.; WALTER, M. I. . Seguro-desemprego no Brasil: a possibilidade de combinar proteção social e melhor funcionamento do mercado de trabalho. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso). 2011.

BALETTI, B. Saving the Amazon? Sustainable soy and the new extractivism. **Environment and Planning A**, vol. 46, 2014, p.5-25.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

CARNEIRO, M. J. **Acesso a terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, 2006.

CASTRO, L.F.P. **Dimensões e lógicas do arrendamento rural na agricultura familiar** (dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

_____. Agricultura Familiar, Habitus e Acesso à Terra. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 2, p. 91-105. 2015.

_____. Acesso contratual à terra e arrendamentos rurais: uma compreensão à luz dos clássicos. **Revista Percurso**, v. 8, p. 85-110, 2016.

CASTRO, L. F. P.; SAUER, S. **A Problemática e as Condicionantes dos Arrendamentos Rurais na Agricultura Familiar**. In: 50º Congresso da SOBER 2012, 2012, Vitória/ES. 2012.

CHALITA, M.A.N. **Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa**. Agricultura em São Paulo, Secretaria de Agricultura e Ab, v. 52, n.1, p. 97-113. 2005a.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. B. Aires, Nueva Vision, 1974.

CLEMENTS, E.; FERNANDES, B.M. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique**. Maputo: Observador Rural, 2013.

COSTABEBER, J.A. e CAPORAL, F.R. Possibilidades alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (Org.) et. al. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no mercosul. Santa Maria, UFSM. 2003.

COSTA FILHO, A. Quilombos e Povos Tradicionais. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. GESTA UFMG. 2010. Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/artigos/?pesquisa-titulo=&pesquisa-autor=ADERVAL+COSTA+FILHO&pesquisa-ano=> (Acesso em 23 de abril de 2016).

DELGADO, G. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista Reforma Agrária**. Brasília, ABRA, edição especial, 2013.

FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura); BID (Banco Interamericano de Desarrollo). **Políticas para la agricultura familiar en América Latina y el Caribe**. F. Soto Baquero; M.R. Fazzone; C. Falconi (eds.). Santiago, Chile, Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. 2007.

FERNANDES, B.M.; WELCH, C.A. e GONÇALVES, E.C. **Land Governance in Brazil. Framing the Debate Series**, no. 2 ILC, Rome, 2012.

FRANÇA, C.G; DEL GROSSI, M.E. e MARQUES, V.P.M.A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. MDA. Brasília. 2009.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: 1961.

_____, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GARCIA JR, A. **Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. R. Janeiro, Marco Zero, Brasília, CNPq, 1989

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

_____. Cartografia geográfica crítica e o desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. **Revista do Departamento de Geografia**, v. Especial, p. 302-331, 2014

HALL, P. et SOSKICE, D. **Introduction to varieties of capitalism in Hall, P. et Soskice, D. (edit.) Varieties of Capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**, Oxford, Oxford University Press, 2001.

HECHT, S. B. **Soybeans, development and conservation on the Amazon frontier. Development and Change**, *Institute of Social Studies*, v. 36, n. 2, p. 375-404, 2005.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. *Séries Estatísticas & Séries Históricas*, Rio de Janeiro, IBGE, **Censo Agropecuário 1920 to 1995/96**: http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/subtema.php?idsubtema=100.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro. 2007.

KAGEYAMA, Â. (Coord.); BUAINAIN, A.M.; REYDON, B.P.; SILVA, J.G. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.; GASQUES, J.; VILLA VERDE, C. (Orgs.) **Agricultura e políticas públicas**. IPEA, 1990.

LAMARCHE, Hugues. (coord.) **L'agriculture familiale. 1. Une réalité polymorphe. Paris, L'Harmattan, 1993. 304 p. 2. Du mythe à la réalité**. Paris, L'Harmattan, 1994.

MARINHO, D. N.C. QUIRINO, T. R. Considerações sobre o estudo do futuro. **Sociedade e Estado**, Vol. X, número 1, janeiro-junho, 1995.

NEVES, M.F. **Sistema Agroindustrial Citrícola: Um Exemplo de Quase Integração no Agribusiness**. Dissertação de Mestrado. FEA-USP. 1995.

PEREIRA, C.M.S. **Instituições de Direito Civil**, volume III : contratos 12. ed. Rio de Janeiro : Forense. 2006.

SAUER, S. O campo no Governo Lula: acordos com o agronegócio e embates nas políticas agrárias no Brasil. **Latin American Perspectives**. (forthcoming). 2016.

_____. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: Stédile, J.P. (ed.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo, Expressão Popular, 167-187. 2013.

_____. Land and territory: meanings of land between modernity and tradition. **Agrarian south: a Journal of Political Economy**. Sage, vol. 1, nº 1, 85-107. 2012.

_____. Considerações finais: apontamentos para a continuidade do (em)debate territorial. In: Sauer, S. and Almeida, W. orgs). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília, Editora da UnB, 411-422. 2011.

_____. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

_____. A luta pela terra e a reinvenção do rural. **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Campinas: Unicamp. 1-25. 2003.

SAUER, S., FRANÇA, F.C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**. Vol.25, n.65, Salvador, May/August, p. 285ff. 2012.

SAUER, S., LEITE, S.P. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **Journal of Peasants Studies**. 39:3-4, 873-898. 2012.

_____, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa. 2008.

SCHNEIDER, B. R. **Comparing capitalisms: Liberal, Coordinated, Network, and Hierarchical Varieties** Working Paper, March 2008.

SCHNEIDER, S. La agricultura familiar en América Latina. In: Abel Cassol. (Org.). **La agricultura familiar en América Latina**. 1ed.Roma: FIDA, 2014.

TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, UPF. 2001.

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro. Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, 1996 e 1999.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In.: GIARRACCA(coord.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, CLACSO, 2001.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. In: WANDERLEY. M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, pp.185-200. 2009

WELCH, C.A e SAUER, S. **Rural unions and the struggle for land in Brazil**. **Journal of Peasant Studies**, 42:6, 1109-1135. 2015.